ATA DA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2026.

PRESIDENTE: VEREADOR RICARDO ALMEIDA
1º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA (*ad hoc*)
2ª SECRETÁRIA: VEREADORA ALADILCE SOUZA (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores ALADILCE SOUZA, ALEX ALEMÃO, ALEXANDRE ALELUIA, ANDERSON NINHO, ANDRÉ FRAGA, BECA, CARLOS MUNIZ, CEZAR LEITE, DANIEL ALVES, DEBORA SANTANA, DUDA SANCHES, ELIETE PARAGUASSU, FÁBIO SOUZA, FELIPE SANTANA, GEORGE REIS, HAMILTON ASSIS, HÉLIO FERREIRA, IREUDA SILVA, ISABELA SOUSA, JOÃO CLÁUDIO BACELAR, JORGE ARAÚJO, JÚLIO SANTOS, KÊNIO REZENDE, KIKI BISPO, MARCELLE MORAES, MARCELO GUIMARÃES NETO, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, OMAR GORDILHO, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RANDERSON LEAL, RICARDO ALMEIDA, ROBERTA CAIRES, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO e TEO SENNA, estando licenciados os vereadores CLÁUDIO TINOCO, CRIS CORREIA e KEL TORRES. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofício n. 16/26 da Secretaria municipal de Governo devolvendo os autógrafos dos Projetos de Lei n.s 50/22, 246/23, 254/23, 67/24, 110/24, 137/24, 42/25, 49/25, 50/25, 72/25, 76/25, 78/25, 461/25, 526/25 e 358/17, os quais, sancionados, constituíram-se nas Leis n.s 9.934 a 9.948/26. Terminada a leitura do Expediente, nos **Registros**, o vereador Orlando Palhinha discorreu sobre a luta relativa à contaminação ambiental que acometia São Tomé

de Paripe. Pediu a cessação das atividades que poluíam o local e saudou o trabalho do secretário municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza, Júnior Magalhães. Também saudou a vereadora Aladilce Souza pela pré-candidatura como suplente de senadora e o vereador Felipe Santana pela pré-candidatura a deputado estadual. O vereador Teo Senna historiou e criticou as ações do Governo do Estado relativas ao antigo Centro de Convenções, destacando os altos gastos dispendidos em cada etapa. Apontou a destruição estrutural do edifício e outras questões decorrentes disso, afirmando que o Governo abandonara o Centro de Convenções. A vereadora Aladilce Souza comentou sobre o Projeto de Lei do reajuste dos servidores municipais, cuja votação era prevista para esta Sessão. Saudou os servidores demitidos no exercício de atividade sindical. Lembrou a greve dos professores, no ano anterior, decorrente da falta de diálogo por parte da Prefeitura, e a inciativa da CMS para uma mesa de negociação. Lamentou que um Projeto de reajuste tivesse sido enviado à Casa novamente sem diálogo e pediu a retirada do Projeto, com subsequente iniciativa de diálogo por parte da Prefeitura. Pela ordem, o vereador Kiki Bispo solicitou a retirada de termo reputado ofensivo ao prefeito. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza propôs a troca do termo usado por outro. A vereadora Marta Rodrigues saudou sindicalistas e servidores municipais na Galeria. Criticou a Prefeitura por não dialogar com as categorias profissionais destinatárias do reajuste a ser votado. Observou que a data-base dos servidores seria em maio, o que permitiria tempo para tal diálogo. Também pediu a retirada do Projeto, para que ele fosse debatido em mesa de negociação. O vereador Randerson Leal criticou a Prefeitura pelo modo como tratava seus servidores. Observou que os professores estavam em férias quando o Projeto fora elaborado. Como líder da Oposição, afirmou o posicionamento contrário do bloco ao Projeto de reajuste. A vereadora Eliete Paraguassu também pediu a retirada do Projeto dos servidores, lembrando os problemas ocorridos no ano anterior e apontando a falta de diálogo da Prefeitura. Sobre o problema em Paripe, expôs os danos que atingiam as pessoas e a natureza. Contou ter pedido apoio à Secretaria

de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes Lazer (SEMPRE) e pediu a adesão da CMS à causa. O vereador Hamilton Assis considerou que a Prefeitura descumpria ditames democráticos no modo como tratava os servidores. Historiou os fatos do ano anterior relativos aos servidores e, também, o modo como o atual Projeto chegara à CMS. Informou que havia assembleia prevista para se debater a situação dos servidores e pediu a retirada do Projeto, pedindo, ainda, o apoio do presidente da CMS, vereador Carlos Muniz, para esse fim. O vereador Sílvio Humberto declarou "não" ao modo como a Prefeitura encaminhava o Projeto dos servidores. Indagou como se tratar de valorização do servidor sem que esse servidor fosse ouvido. Registrou nunca haver visto, em quatro mandatos na vereança, um Projeto desse tipo chegar antecipadamente e questionou que receio teria a Prefeitura. O vereador Cezar Leite discorreu sobre autoritarismo, relacionando esse conceito ao atual escândalo financeiro do Banco Master. Apontou o fato de a esposa de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) receber remuneração de pessoas envolvidas no caso e mencionou relações entre ministros dessa corte com tais pessoas. Afirmou que o autoritarismo estava no gasto de recursos públicos para tratar desse tipo de situação. Em comunicação inadiável, a vereadora Aladilce Souza solidarizou-se aos servidores que tiveram recursos de seus fundos de pensão usados na questão do Banco Master. O vereador Kiki Bispo observou que o Governo Federal, do PT, usara recursos públicos em operações ligadas aos investigados no escândalo do Banco Master. Afirmou que o Governo Federal tentava ocultar sua corrupção. Assumiu a Presidência o vereador Carlos Muniz, presidente da CMS, que declarou não haver autorizado reuniões realizadas na Casa sobre mudanças na tabela de progressão remuneratória dos seus servidores. Afirmou que não haveria qualquer alteração nessa tabela. Em seguida, propôs a inversão da pauta para a votação imediata da Ordem do Dia, o que foi aceito pelas lideranças. Iniciando-se a **Ordem do Dia**, foi apreciado o Projeto de Lei n. 13/26, de abertura de crédito adicional especial pela Prefeitura. Em discussão, a vereadora Marta Rodrigues apontou

inadequações técnicas no Projeto quanto a questão agropecuária e insuficiência de informações. Pediu que, neste tipo de projeto, a Prefeitura inserisse nota técnica explicativa. Indagou sobre valores presentes no Projeto e sublinhou a necessidade de clareza quanto a tais informações, pela necessidade de acompanhamento de questões orçamentárias. O senhor presidente orientou o diretor legislativo a encaminhar a cobrança da oradora ao Executivo, por documento, para que ela e os demais edis pudessem ter as informações que ela solicitara. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 13/26 foi aprovado até a Redação Final, contra os votos dos vereadores Eliete Paraguassu e Hamilton Assis. Em seguida, passou-se à apreciação do Substitutivo ao Projeto de Lei n. 27/26, relativo aos vencimentos dos servidores municipais. Em discussão, o vereador Randerson Leal reiterou crítica ao modo como a Prefeitura tratava os servidores e à metodologia de envio de seu Projeto à Casa. Lembrou que os servidores tinham assembleia a se realizar, o que fora desconsiderado. Expressou o posicionamento contrário do bloco da Oposição e pediu a retirada do Projeto, observando que a data-base dos servidores seria em maio. Vislumbrou mesa permanente de negociação para tratar dessa matéria. A vereadora Marta Rodrigues afirmou que o Projeto era eivado de vícios diversos. Pediu que a Prefeitura o retirasse e chamasse os servidores para reelaborá-lo. Questionou pontos como os índices de reajuste e o fato de a retroatividade não abarcar algumas categorias. Salientou o direito de negociação dos servidores como pilar inafastável e apontou a desconsideração às entidades sindicais. A vereadora Aladilce Souza lembrou a expectativa, após as tensões havidas no ano anterior, de um cenário diferente neste ano. Ressaltou a grande extensão da matéria, a qual não fora discutida com os servidores ou analisada pelos vereadores. Expôs sobre a dura rotina dos servidores da Saúde e de outros setores, defendendo que tudo isso fosse debatido em mesa de negociação. O vereador Hamilton Assis lembrou ter anunciado, no início do seu mandato, a sua disposição para discussões estruturais. Afirmou que o grupo no poder não permitia que segmentos excluídos tivessem voz. Também apontou vícios no

Projeto, como a junção de pontos distintos. Criticou a situação da Educação municipal, defendendo as pautas dos profissionais dessa categoria e de outras inseridas no Projeto. Pediu a apreciação de matérias pela Comissão de Reparação. Criticou programa municipal que estimulava competição na Educação. O vereador Sílvio Humberto reiterou a questão da falta de diálogo. Defendeu a perspectiva de se construir coletivamente aquilo que diz respeito à vida das pessoas. Afirmou a importância das entidades sindicais no tratamento da matéria sobre remuneração e apontou atitude não-democrática na elaboração do Projeto. Salientou a importância dos servidores na vida da Cidade. Indagou em que estudos teriam se baseado os índices de reajuste. Após discutido e votado, o Substitutivo ao Projeto de Lei n. 27/26 foi aprovado até a Redação Final, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Eliete Paraguassu, Hamilton Assis, Hélio Ferreira, Marta Rodrigues, Randerson Leal e Sílvio Humberto. Nada mais havendo, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para a próxima segunda-feira, à hora regimental.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO